

NOTA À IMPRENSA

AUDIÊNCIA DOS ASSESSORES ÍNDIOS DO MINC, REPRESENTANTES DA UNIÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS (UNI) E O SR MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA, DR. AURELIANO CHAVES:

Trata-se da polêmica questão de mineração em terras indígenas e o Ministro Aureliano Chaves publicamente reafirmou os seguintes compromissos:

- 1 - Não tomar nenhuma decisão prévia, em respeito a soberania da Assembleia Nacional Constituinte, concernente ao assunto;
- 2 - Não liberar alvarás de pesquisa e lavras de mineração em terras indígenas;
- 3 - Cancelar os alvarás existentes atualmente em terras indígenas
  - Sobre este terceiro ponto, aliás, o Ministro afirmou ter oficiado a FUNAI, solicitação para que encaminhasse ao MME, a relação de alvarás incidentes sobre terras indígenas, para os devidos cancelamentos, sem contudo ter obtido resposta;
- 4 - Questionado sobre a fidedignidade da informação que tem circulado recentemente na imprensa, de que 40% das riquezas minerais do norte do país estariam em terras indígenas, o Ministro afirmou que o conhecimento técnico disponível não permite tal informação, por quem quer que seja;
- 5 - O Ministro também salientou, que sua preocupação não está restrito a mineração, mas estende-se a construção de hidrelétricas, e nesse caso, foi solicitado pelos indígenas que intermediasse um encontro deles com o Presidente da Eletronorte para discussão do assunto;
- 6 - Finalmente depois de prestar esses esclarecimentos, o Ministro ouviu da nossa parte, a reafirmação dos termos da proposta que a UNI, tem apresentado à Nação e aos membros da ANC:

"o usufruto exclusivo pelos índios das riquezas do solo e do sub-solo das suas terras.

As condições excepcionais de exploração de minerais em terras indígenas como privilégio da União"

propostas estas, que estão sendo contempladas a contento até agora, na formulação do ante-projeto da Constituição, que se encontram em mãos do Relator da Comissão de Sistematização - DEPUTADO BERNARDO CABRAL (PMDB/AM).

Brasília - DF, 17 de julho de 1987.